

AUTORIZAÇÃO Nº 11545/2015

1. Pedido

Associação Solidária e Refeições com Alma, com sede na Praceta Padre Marçal da Silveira, 31, 2750-679 Cascais, notificou à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) um tratamento de dados pessoais com a finalidade de marketing.

Foram solicitados e prestados os esclarecimentos tidos por convenientes.

Do requerimento apresentado verifica-se que:

- a) O tratamento tem por finalidade marketing;
- b) Os dados pessoais a tratar são: nome, morada, telefone, email, data de nascimento, situação de emprego, local de trabalho, agregado familiar e estado civil;
- c) A recolha de dados é feita de forma direta por impresso;
- d) A atualização dos dados é feita presencialmente junto do responsável;
- e) Pretende a comunicação de dados à União de freguesias de Cascais/Estoril e Junta de freguesia de Alcabideche para seleção das famílias a integrar as bolsas sociais;
- f) Não existem fluxos internacionais de dados para países terceiros nem interconexões de tratamentos;
- g) A requerente não indica medidas de segurança a implementar;
- h) A requerente pretende conservar os dados pelo prazo de 10 anos.

Instada a esclarecer a finalidade do tratamento a requerente vem dizer o seguinte: «A signatária é uma associação de solidariedade social, sem fins lucrativos, que tem por objeto a angariação, produção, disponibilização e distribuição de refeições e outra alimentação ou bens, de forma tendencialmente gratuita, a pessoas ou famílias carenciadas. No âmbito do exercício do objeto associativo, a Associação dispõe de um estabelecimento de pronto-a-comer. As vendas de refeições prontas geram os rendimentos que alimentam uma bolsa social a partir da qual se auxiliam famílias que estejam a atravessar dificuldades económicas. Neste contexto é intenção da

4

Associação promover o seu estabelecimento e as atividades por si desenvolvidas. A Associação pretende criar e beneficiar de uma base de dados de contactos de potenciais clientes com efeitos promocionais».

2. Análise

Os dados são tratados com o consentimento do seu titular, pelo que a CNPD considera que existe legitimidade para o tratamento (cf. artigo 6.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei n.º 103/2015 de 24 de agosto, LPDP).

Para a finalidade de marketing apenas se autoriza a recolha dos dados nome, morada, telefone e email, data de nascimento, sendo os restantes dados indicados manifestamente excessivos em relação à finalidade do tratamento (cf. alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º da LPDP).

No momento da recolha ou da atualização dos dados existentes deve ser assegurado direito de informação e acesso nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da LPDP.

Quanto à comunicação de dados indicada para a União de Freguesias de Cascais/Estoril e Junta de Freguesia de Alcabideche com a finalidade de seleção de famílias a integrar a s bolsas sociais, não se a mesma enquadra na finalidade de marketing, mas sim na finalidade gestão de utentes, pela que não se autoriza.

Relativamente aos prazos máximos de conservação de dados, atento o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º da LPDP, devem os dados pessoais ser conservados apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha e do tratamento posterior, pelo que, não sendo apresentado fundamento específico para o prazo solicitado, se entende que os dados deverão ser conservados até um ano após o último contacto com o cliente.

Independentemente das medidas de segurança adotadas pela entidade responsável pelo tratamento, é a esta que cabe assegurar o resultado da efetiva segurança da informação e dos dados pessoais tratados.

3. Conclusão

Assim, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 6.º, 23.º, alínea b), 27.º e 30.º da LPDP, autoriza-se o tratamento de dados nos seguintes termos:

Responsável pelo tratamento: Associação Solidária e Refeições com Alma;

Finalidade do tratamento: marketing;

Categorias de dados pessoais tratados: nome, morada, data de nascimento, telefone e e-mail;

Comunicação de dados a terceiros: não há;

Interconexões de dados pessoais: não se verificam;

Transferência de dados para países terceiros: não há;

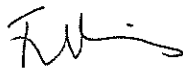
Forma de exercício do direito de acesso e retificação: presencialmente junto do responsável;

Prazo de conservação dos dados: um ano após o último contacto do cliente;

Alerta-se que o marketing efetuado através de comunicação eletrónica, designadamente SMS, e-mail ou chamadas telefónicas, carece de consentimento expresso prévio para os titulares dos dados que não sejam clientes (artigo 13.º A da Lei n.º 41/2004, alterada pela Lei n.º 46/2012 de 29 de agosto).

Na eventualidade de serem clientes da empresa, deverá ser-lhes garantido o direito de oposição à utilização dos seus dados para efeitos de marketing.

Lisboa, 17 novembro de 2015



Filipa Calvão (Presidente)